

Amselle, Jean-Loup; M’Bokolo, Elikia (orgs.), **NO CENTRO DA ETNIA:** etnias, tribalismo e Estado na África. Petrópolis: Vozes, 2017, 288pp.

APELO PARA DESCONSTRUIR ETNIAS AFRICANAS E DESCOLONIZAR A ANTROPOLOGIA

Silas Fiorotti

Doutor em Antropologia Social; Professor colaborador no CPPG-FMU - silas.fiorotti@gmail.com

Recebido em: 24/09/2020

Aceito para publicação: 05/11/2020

O livro *No centro da etnia: etnias, tribalismo e Estado na África*, organizado pelo antropólogo francês Jean-Loup Amselle e pelo historiador congolês Elikia M’Bokolo, foi publicado originalmente em 1985. Trata-se de uma referência para os interessados nos estudos sobre populações africanas e, especialmente, nos estudos relativos às identidades étnicas e às identidades nacionais em contextos africanos. Está entre os estudos desenvolvidos por historiadores da África, nos anos de 1980, sobre a “invenção da tradição na África colonial” (Ranger, 1997 [1983]) e sobre a “invenção da etnicidade” e a “criação do tribalismo” (Vail, 1989). Com relação aos autores, J.-L. Amselle não possui livros ou artigos publicados em português, talvez seu livro mais conhecido seja *Mestizo Logics* (Amselle, 1998); já E. M’Bokolo é conhecido pelos dois volumes do livro *África negra: história e civilizações* (M’Bokolo, 2009; 2011) que foram publicados no Brasil.

No primeiro capítulo, intitulado *Etnias e espaços: por uma antropologia topológica* (pp. 29-73), J.-L. Amselle busca desconstruir a própria noção de etnia presente em diversos estudos antropológicos. Segundo ele, o pensamento antropológico seria marcado por doutrinas essencialmente a-históricas; somente com a contribuição da corrente dinamista ligada aos nomes de G. Balandier (1976; 2014), M. Gluckman e P. Mercier, entre outros, é que a antropologia teria dado primazia à história, algo que possibilitou a reflexão sobre os contextos políticos e o início das críticas ou desconstruções das definições de etnia.

J.-L. Amselle apresenta algumas definições de etnia e de tribo que estão presentes em estudos feitos em contextos africanos. Por exemplo, M. Fortes supostamente insistiu no “caráter relativo da realidade étnica” (p. 35). S. F. Nadel entendeu a tribo entre os nupes da

Nigéria como fruto de uma unidade ideológica. J. Richard-Molard entendeu o “conjunto étnico como um espaço de paz entre coletividades com parentescos reais ou fictícios” (p. 35). P. Mercier entendeu a etnia como “um segmento sociogeográfico de um conjunto mais vasto”, “de uma paisagem étnica regional vista em uma perspectiva histórica” (p. 36). G. Nicolas entendeu a etnia como “um composto específico, em equilíbrio mais ou menos instável, de cultural e social” (p. 36). J. J. Honigmann entendeu que a tribo possui um território comum, uma tradição de descendência comum, uma linguagem comum, uma cultura comum e um nome comum. E, por fim, Amselle apresentou a clássica definição de grupo étnico de F. Barth (1998): grupo que (1) “perpetua-se biologicamente de modo amplo”, que (2) “compartilha valores culturais fundamentais, realizados em patente unidade nas formas culturais”, que (3) “constitui um campo de comunicação e interação”, e que (4) “possui um grupo de membros que se identifica e é identificado por outros como se constituísse uma categoria diferenciável de outras categorias do mesmo tipo” (*ibidem*, pp. 189-190).

Essas noções de etnia seriam tributárias da concepção de Estado-nação elaborada na Europa e, neste sentido, segundo J.-L. Amselle, a antropologia que utilizou estas noções foi prisioneira das categorias coloniais de investigação. Apesar disso, diversos antropólogos conseguiram ir além dos estereótipos aos quais eram confrontados e, de alguma forma, subverteram as categorias coloniais. S. F. Nadel deu o primeiro passo no sentido da desconstrução do objeto étnico com uma relativização do grupo étnico e um esvaziamento do termo tribo. P. Mercier deu continuidade a esta desconstrução com a inclusão do grupo étnico em contextos mais amplos, algo que possibilitou pensar as sociedades africanas pré-coloniais em termos de conjuntos descontínuos. F. Barth, por sua vez, enfatizou as fronteiras e as separações entre grupos étnicos que são, ao mesmo tempo, mantidas e ultrapassadas pelas populações; trata-se de uma análise das relações de forças entre grupos étnicos. Outros supostamente foram mais longe nesta desconstrução (por exemplo: C. Meillassoux, E. Terray, W. Watson, J.-P. Dozon), levantando suspeitas em relação à existência de etnias e enfatizando a ligação de grupos populacionais e suas coesões tribais com espaços ou recortes territoriais “criados” no período colonial.

Antes de J.-L. Amselle abordar estes novos espaços ou recortes territoriais, ele busca definir alguns espaços sociais que supostamente estruturaram o continente africano no período pré-colonial (pp. 45-57): (1) espaços de trocas; (2) espaços estatais, políticos e guerreiros; (3) espaços linguísticos; e (4) espaços culturais e religiosos. Ele adota a posição difundida nos

estudos africanos de que houve fenômenos constantes de diástole e de sístole, com a oposição entre “sociedades englobantes” e “sociedades englobadas”, que delimitaram os espaços sociais pré-coloniais, incluindo os espaços concedidos às sociedades intersticiais. E adota também a posição de que “apenas as unidades locais de caráter político são pertinentes” (p. 60) na África pré-colonial. A partir disso, Amselle levanta a hipótese de que os nomes de “clãs”, “linhagens” e “etnias” podem ser simplesmente elementos utilizados por atores sociais para enfrentar situações políticas e, neste sentido, seria possível apontar a continuidade na utilização destas categorias em diferentes épocas (pré-colonial, colonial e pós-colonial).

Voltando-se ao período colonial, J.-L. Amselle afirma que o principal fenômeno da colonização foi a instauração de novos recortes territoriais, fenômeno que tomou três formas: (1) a criação *ex nihilo* de “etnias”, (2) a transposição semântica de etnônimos pré-coloniais, ou (3) a transformação de unidades políticas ou de topônimos pré-coloniais em “etnias” (p. 62). A argumentação de Amselle segue no sentido de afirmar que estes “etnônimos” e estas “etnias” --criados, transpostos ou transformados no período colonial-- serão reivindicados por diversos agentes dominantes e dominados que os transformarão em instrumentos ideológicos e em meios de enfrentar conflitos sociais, políticos e econômicos (p. 65). Portanto, como as “etnias” e outras noções como “clãs”, “linhagens” e “tribos” são signos de outras coisas, é preciso desconstruí-las para que a antropologia e outras disciplinas que se valem destas noções não estejam ligadas ao colonialismo e ao neocolonialismo (p. 68).

Os outros cinco capítulos são dedicados aos estudos de caso. Jean-Pierre Dozon, no capítulo *Os betes: uma criação colonial* (pp. 75-118), questiona a noção de etnia em relação às populações bete da Costa do Marfim. Para ele, ainda que a noção de etnia esteja relacionada às referências “tradicionais”, “(...) o fato étnico bete resulta muito mais de um feixe de determinações pertencentes à história marfinense contemporânea [décadas de 1970 e 1980] que do prolongamento tardio das referências tradicionais” (p. 87). Isto foi designado como um “processo de cristalização étnica” que supostamente é fruto de alguns fatores, entre eles: o papel desempenhado pelos intelectuais do meio urbano, as relações sociais desiguais entre regiões, a chamada “ideologia da autoctonia”, o sistema socioeconômico, as migrações e as relações desiguais entre autóctones e alóctones (pp. 93-104). Neste sentido, J.-P. Dozon relaciona a manifestação de “etnismo” ou “tribalismo”, ocorrida na década de 1970, com uma história mais recente e propriamente de dimensão nacional (p. 116).

Jean Bazin, no capítulo *A cada um o seu bambara* (pp. 119-167), questiona a noção de etnia em relação às populações bambara do Mali. Ele apresenta algumas abordagens antropológicas que consideraram a etnia como uma substância, algo que ignorou os atores efetivos e prejudicou a compreensão sobre as populações bambara. Para desconstruir estas abordagens, J. Bazin apresenta uma breve história dos significados, das variações e das utilizações da própria palavra “bambara”. Para ele, a designação bambara foi utilizada para identificar populações extremamente diversificadas e se estabeleceu “pelo efeito de supressão das diferenças que o interesse social dominante de um dos atores implica” (p. 133); primeiramente tratou-se do interesse das populações diolas e, depois, diversos textos de viajantes e exploradores classificaram os bambaras típicos. No período colonial, a partir do início do século XX, estes princípios classificatórios que já estavam estabelecidos foram desenvolvidos, sistematizados e revestidos de uma “sanção científica respeitável” (p. 151), fruto principalmente do trabalho de Maurice Delafosse (1870-1926). Deste modo, para J. Bazin, deu-se a invenção da etnia bambara.

Os três últimos capítulos questionam as explicações das lutas por poder e dos separatismos em termos de “tribalismo” ou “etnismo”. Jean-Pierre Chrétien, no capítulo *Hutus e tutsis no Ruanda e no Burundi* (pp. 169-212), defende que a existência dos hutus e dos tutsis como oposição étnica é fruto de uma construção ideológica feita desde o final do século XIX. Ele enumera algumas teorias que fundamentaram esta construção ideológica, algo que em seu conjunto foi denominado de “herança da raciologia do século XIX”. A ideologia hamítica foi difundida na região por meio das hipóteses do explorador britânico John H. Speke (1827-1864) e de outros que o sucederam; hipóteses que incluem lendas de origem, classificações biológicas e culturais, e argumentos religiosos e que, por sua vez, levaram à defesa da superioridade dos tutsis sobre os hutus durante o período colonial. J.-P. Chrétien defende que isto não ficou restrito às administrações coloniais, mas os efeitos perversos se deram por conta da “interiorização de um modelo etnológico colonial” (p. 189) pelas novas gerações hutus e tutsis no pós-independência. Cabe lembrar que este texto foi escrito antes do genocídio de Ruanda, ocorrido em 1994, mas ele já indica que o discurso que mobiliza paixões étnicas (*etnismo*) era utilizado pelas novas elites para a expansão do clientelismo político.

Claudine Vidal, no capítulo *Situações étnicas no Ruanda* (pp. 213-233), também volta ao final do século XIX para supostamente reconstituir as origens do “ressentimento étnico”

entre hutus e tutsis. Ela confronta os relatos dos exploradores e dos missionários com os relatos elaborados posteriormente pelos antropólogos. Ou seja, os relatos dos exploradores e dos missionários (R. Kandt, G. A. von Goetzen, F. Dufays, entre outros) mostram que o controle do reino de Ruanda era restrito e que havia diversas disputas de poder entre as altas linhagens tutsis. No entanto, a antropologia desconsiderou estes relatos e criou um “mundo ruandês pré-colonial” irreal, mitificado, homogêneo, com estado centralizador e unificador. Segundo C. Vidal, o modelo concebido pela antropologia não levou em consideração o fator colonial sobre as disputas étnicas e se harmonizou com as ideias que justificavam a dominação dos tutsis sobre os hutus.

Elikia M’Bokolo, no capítulo *O “separatismo katanguense”* (pp. 235-283), questiona as explicações das lutas por poder e do separatismo na República Democrática do Congo (RDC). Ele defende que as explicações sobre a formação de “forças sociais antagonistas” na RDC devem ser elaboradas a partir de noções como Estado, região, força e classe social, e não mais a partir de noções supostamente vagas como tribo e etnia. Sua crítica recai especialmente sobre o trabalho etnográfico de Olga Boone (1911-1997) que apresenta abordagem que se caracteriza por sua “perfeita coincidência com a preocupações e as práticas administrativas do Estado colonial” (p. 238) e que utiliza noções como povoado, tribo e etnia. Segundo E. M’Bokolo, mesmo os trabalhos antropológicos posteriores (“etnografias das unidades tribais”) não conseguiram romper com esta abordagem e com o pensamento colonial. O estímulo aos conflitos étnicos e ao particularismo katanguense na RDC teria sua origem na colonização belga e permaneceu sob as novas relações sociais e políticas.

Para finalizar, cabe destacar que o livro, além de se situar entre os estudos sobre a “invenção da etnicidade” e a “criação do tribalismo” na África, enuncia algumas questões que foram desenvolvidas posteriormente por outros autores. Por exemplo, a ideia de que sociedades e etnicidades homogêneas constituem exceções em contextos africanos pré-coloniais, algo que foi desenvolvido por Igor Kopytoff (1987) a partir da perspectiva de fronteira. A ênfase sobre o caráter colonial das categorias étnicas, algo que foi desenvolvido por Valentin Y. Mudimbe (2013 [1988]). A “noção de autoctonia” utilizada para políticas cotidianas de clientelismo, algo que vem sendo abordado por Peter Geschiere (2005; 2012) e por outros autores. Isto mostra que trata-se de uma obra incontornável e que enunciou diversas discussões que estão presentes atualmente nos estudos de contextos africanos.

Referências bibliográficas

- Amselle, J.-L. (1998) [1990], *Mestizo Logics: Anthropology of Identity in Africa and Elsewhere*. Stanford: Stanford University Press.
- Balandier, G. (1976), *As dinâmicas sociais: sentido e poder*. São Paulo: Difel.
- Balandier, G. (2014), *A situação colonial: abordagem teórica*. In: Cadernos Ceru, v. 25, n. 1, jun. 2014, pp. 33-58.
- Barth, F. (1998) [1969], *Grupos étnicos e suas fronteiras*. In: Poutignat, P.; Streiff-Fenart, J., *Teorias da etnicidade*. São Paulo: Ed. Unesp, pp. 187-227.
- Geschiere, P. (2005), *Autochthony and Citizenship: New Modes in the Struggle over Belonging and Exclusion in Africa*. In: An African Journal of Philosophy, n. XVIII, 2005, pp. 9-24.
- Geschiere, P. (2012), *Política de la pertenencia: brujería, autoctonia e intimidación*. Ciudad de México: FCE.
- Kopytoff, I. (ed.). (1987), *The African Frontier: The Reproduction of Traditional African Societies*. Bloomington and Indianapolis: Indiana University Press.
- M'Bokolo, E. (2009), *África negra: história e civilizações. Tomo I (até o século XVIII)*. Salvador: Edufba / São Paulo: Casa das Áfricas.
- M'Bokolo, E. (2011), *África negra: história e civilizações. Tomo II (do século XIX aos nossos dias)*. Salvador: Edufba / São Paulo: Casa das Áfricas.
- Mudimbe, V. Y. (2013) [1988], *A invenção de África: gnose, filosofia e a ordem do conhecimento*. Mangualde: Pedagogo; Luanda: Mulemba.
- Ranger, T. O. (1997) [1983], *A invenção da tradição na África colonial*. In: Hobsbawm, E.; Ranger, T. O. (orgs.), *A invenção das tradições*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, pp. 219-269.
- Vail, L. (ed.). (1989), *The Creation of Tribalism in Southern Africa*. Berkeley and Los Angeles: University of California Press.